O discurso em Foucault: noções para uma prática jornalística[1]

Ângela Teixeira de Moraes[2]

Resumo: este trabalho concebe o jornalismo como prática arquigenealógica de discursos sociais na perspectiva teórica de Michel Foucault. Pretende-se mostrar como as noções de saber, biopoder, heterogeneidade discursiva e posição-sujeito podem contribuir com o trabalho dos jornalistas ao lidar com sujeitos inseridos em diferentes ordens discursivas, e assim oferecer ao público um olhar mais abrangente e menos simplificado da realidade que nos cerca. Trata-se do método desenvolvido pelo filósofo francês que tematiza a relação entre verdade e teoria com valores, instituições e práticas sociais nas quais elas emergem.

Palavras-chave: *jornalismo; discurso; método arquigenealógico; Foucault*

Introdução

A análise do discurso (AD) tem sido apropriada pelo jornalismo como ferramenta metodológica para fins acadêmicos, no que diz respeito à compreensão da construção do discurso institucionalizado do campo. Neste artigo, propomos discutir algumas noções que permeiam estes estudos filosoficos da linguagem com o objetivo de considerá-las como práticas orientadoras do próprio trabalho jornalístico, ou seja, uma análise discursiva efetuada pelos jornalistas em seu contato com diferentes discursos que circulam no espaço social.

Parte-se do pressuposto de que o jornalista, ao assumir o papel de analista, necessita de aportes teóricos que orientem o seu olhar, além daqueles tradicionalmente conhecidos como valores-notícia. Como os acontecimentos da vida cotidiana comportam diferentes versões ao serem relatados, parece-nos interessante entender como os discursos constituem os sujeitos informantes e de que forma a história e as relações entre saber e poder interferem nessa constituição.

---

1 Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 27 a 29 de maio de 2010.

2 Professora assistente dos cursos de jornalismo da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Mestre e doutoranda em Análise do Discurso pela UFG.

1. A noção de discurso

No escopo dos estudos da linguagem, e mesmo dos estudos sociais, está a preocupação em entender o que entra em ação quando nos expressamos. O que, além do sistema aparentemente estável de regras gramaticais e lexicais da língua, constitui o nosso dizer. O que faz emergir, direcionar ou mudar nossos pensamentos e ações. Como, perguntam os filósofos da linguagem, idéias referentes a trabalho, ética, liberdade, sexo, política ou família surgem às vezes tão naturalmente nos bate-papos do dia-a-dia ou nas calorosas discussões políticas, acadêmicas ou religiosas?

Estas questões provocam discussões profundas de ordem epistemológica, empírica e filosófica sobre o que é o "real" e como ele é percebido e construído pelos sujeitos. A AD integra esses estudos que visam entender, por meio de textos e imagens materializados, as identidades, as representações, os conflitos e as ideologias que permeiam a vida social. Contudo, mais do que um simples método de investigação qualitativa, ela oferece uma ampla discussão teórica sobre a natureza da linguagem e de como ela se relaciona com as coisas.

A visão social construtivista de mundo que a AD propõe é possibilitada pelas análises das relações entre texto, discurso, sujeito, contexto e história. Contudo, os estudos variam na maneira como estes elementos são combinados e privilegiados pelos pesquisadores. Assim, a AD não se constitui como um campo homogêneo composto de afinações teóricas e metodológicas (MAZIÈRE, 2007).

Neste estudo, propomos uma teoria do discurso a partir das incursões de Michel Foucault. O filósofo francês nunca se intitulou um analista do discurso. Contudo, suas pesquisas são permeadas de uma definição inovadora de discurso, vendo-o em sua relação com a legitimação de saberes e o meio pelo qual se pode chegar à constituição do sujeito. As noções de formação discursiva, função-enunciativa, posição-sujeito/função autor, biopoder, ordem do discurso, acontecimento, arquivo e heterogeneidade discursiva foram incorporadas à AD, e inspiram, hoje, inúmeros trabalhos nos mais diferentes campos de conhecimento.

Em Foucault vemos a passagem de uma noção de fixidez e rigidez da significação para uma na qual a linguagem é fluida, contingente e instável. Essa concepção de linguagem, enquanto sistema marcado pela fluidez e instabilidade, é reflexo do questionamento feito por vários intelectuais sobre as teorizações homogeneizantes, racionais e dicotômicas do estruturalismo.

O que se enfatiza é a construção e a interpretação ativa das práticas discursivas, radicalmente dependentes da pragmática do contexto, questionando, portanto, a suposta

universalidade das chamadas "asserções de verdade". Os sujeitos são descritos em toda sua complexidade histórica e cultural - sujeitos "descentrados", discursivamente constituído e heterogêneo.

Esta complexidade que problematiza as metanarrativas precisa ser observada pelo campo jornalístico, apesar da defesa de muitos teóricos de que a simplificação e o reducionismo sejam condições de existência do jornalismo. Arriscamos a dizer, contudo, que, em meio à enxurrada de informações disponibilizadas ao público na atualidade e devido à inserção de vários agentes que questionam o trabalho de exclusividade e até mesmo de competência do jornalismo em oferecer uma leitura cuidadosa da realidade, novas práticas devem ser pensadas, a fim de que se papel de analista se legitime.

2. O discurso em Foucault

Foucault, ao invés de trabalhar com as unidades tradicionais de teoria, ideologia ou ciência, preferiu designar como formação discursiva o conjunto de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras. O discurso, para ele, é um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva, o que nos leva a afirmar que as palavras mudam de sentido quando passam de uma formação discursiva para outra. O discurso sobre o qual se debruça Foucault não é qualquer um. Ele está interessado está interessado nos atos discursivos que se voltam para a constituição de um campo autônomo, visto que tais atos discursivos ganham sua autonomia depois de serem aprovados numa espécie de teste institucional, como regras de argumento dialético, interrogatório inquisitório, ou confirmação empírica.

Para se chegar a uma formação discursiva, segundo Foucault (2007), é preciso descrever certo número de enunciados que se remeta a um mesmo objeto, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. A formação de um objeto fica condicionada a alguns critérios: a demarcação das superfícies de sua emergência (em que condições históricas surgiu o objeto); as instâncias de delimitação (os mecanismos formais e informais de delimitação do objeto); e as grades de especificação (sistemas empregados para a separação dos objetos entre si).

As modalidades enunciativas do discurso compreendem o estilo, as formas de expressão que definem um discurso qualquer. Importa saber os lugares institucionais de onde emergem os enunciados e as circunstâncias rondantes. Já no que diz respeito à formação dos conceitos, trata-se da descrição do jogo de compatibilidades e incompatibilidades

conceituais, das coações e regularidades que tornam possível a multiplicidade heterogênea dos conceitos que caracterizam a prática discursiva.

Para Foucault, se há unidade em um discurso, ela não se deve a uma coerência visível e horizontal entre os objetos, mas ao sistema que torna possível a sua formação. O conhecimento das estratégias discursivas é a descrição do jogo complexo de interações, da proposição de generalidades e especificidades, abstrações e concretudes. O autor sintetiza que "definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática" (FOUCAULT, 2007, p. 82-83).

O enunciado é a unidade elementar do discurso. O sentido empregado por Foucault não pode ser confundido com a frase (análise gramatical), com a proposição (análise lógica) e com o ato de fala (análise pragmática). Trata-se de uma função de existência pertencente aos signos.

Essa função se caracteriza por quatro elementos: um referente (ou seja, um princípio de diferenciação), um sujeito (no sentido de posição a ser ocupada), um campo associativo (isto, é, coexistir com outros enunciados), e uma materialidade específica (por se tratar de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais).

Descrever os enunciados é, pois dar conta dessas especificidades. A análise dos enunciados e da formação discursiva é estabelecida correlativamente. As quatro possibilidades de análise propostas como FD (formação de objetos e conceitos, modalidades enunciativas e estratégias), "correspondem aos quatro domínios em que se exerce a função enunciativa" (Ibidem, p.131).

Machado (2006) resume assim o pensamento de Foucault:

> Em suma, o enunciado é uma função que possibilita que um conjunto de signos, formando unidade lógica ou gramatical, se relacione com um domínio de objetos, receba um sujeito possível, coordene-se com outros enunciados e apareça como um objeto, isto é, como materialidade repetível. É pelo enunciado que se tem o modo como existem essas unidades de signos. Ele lhes dá as modalidades particulares de existência, estipula as condições de existência dos discursos. Descrever um enunciado é descrever uma função enunciativa que é uma condição de existência (p. 152).

A análise do discurso proposta por Foucault é um esforço de interrogar a linguagem o que foi efetivamente dito, sem a intencionalidade de fazer interpretações reveladoras de verdades e sentidos ocultos. Como analisa Fischer (2001), Trata-se de mapear os ditos, nas

diferentes cenas enunciativas, multiplicando as relações aí sugeridas. É investigar sobre as posições necessárias ao falante, para que ele possa ser sujeito daquele enunciado. É ainda promover um levantamento da memória daquele enunciado, tratá-los na sua dispersão e na sua pobreza, uma vez que poucas coisas são ditas "nesse grande murmúrio anônimo do ser da linguagem" (Ibidem, p. 05).

3. Heterogeneidade discursiva

Foucault (2007) afirma que os enunciados são povoados em suas margens de vários outros enunciados e, portanto, é preciso indagar a respeito de seus espaços colaterais. Para o autor, cada formação discursiva entra simultaneamente em diversos campos de relações e, em cada lugar, a posição que ocupa é diferente, dependendo do jogo de poderes em questão. Assim, os enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar extensão, adquirir novos conteúdos semânticos e são característicos de uma época determinada.

Outro termo para designar esta heterogeneidade é o interdiscurso. O interdiscurso diz respeito às relações que todo enunciado mantém com enunciados produzidos anteriormente (BRAIT, 2007). Refere-se ainda a uma memória discursiva, "o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito" (ORLANDI, 1999, p. 31).

Courtine (*apud* Maingueneau, 1997), assume o interdiscurso dentro de um processo de reconfiguração incessante. Uma formação discursiva é levada a incorporar elementos pré-construídos, levando à repetição, redefinição e redirecionamento dos enunciados. Os discursos, então, estabelecem redes de formulações, provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento e a denegação de determinados elementos.

Em outras palavras, Fischer (2001) diz que considerar a interdiscursividade significa deixar que aflorem as contradições, as diferenças, inclusive os apagamentos, os esquecimentos; enfim, significa deixar aflorar a heterogeneidade que subjaz a todo discurso.

Para Foucault (2007), a heterogeneidade discursiva refere-se, basicamente, à dispersão dos enunciados. Remete-se à idéia de que eles são, antes de tudo, acontecimentos[3]. O trabalho do analista é mostrar como determinados enunciados aparecem e como se distribuem no interior de um conjunto.

---

[3] Analisar discursos do ponto de vista do acontecimento enunciativo é tratá-los na sua irrupção histórica, na sua singularidade. O estudo dos discursos, nesta perspectiva, permite compreender os enunciados na sua emergência específica que, de outra forma, não teriam aparecido (Foucault, 2007).

Maingueneau (1997), em uma tentativa de precisar melhor o conceito de interdiscurso, recorre a três termos complementares: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Entende-se por universo discursivo "o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura" (p. 116). Esse conjunto é finito, mas impossível de ser concebível em sua totalidade pela AD. Trata-se do arquivo de uma época.

O campo discursivo é definível como "um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região" (Ibidem, p.116). Ele diz ainda que recorte de tais campos "deve decorrer de hipóteses explícitas e não de uma participação do universo discursivo" (Idem, p. 117).

Um subconjunto do campo discursivo seria o espaço discursivo para Maingueneau. Ligam-se, pelo menos, duas formações discursivas que mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. É definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa, sobretudo porque "uma formação discursiva dada não se opõe de forma semelhante a todas as outras que partilham seu campo" (Idem, p.117).

4. **Saber e poder**

A noção de biopoder é um elemento importante de análise de discurso empreendida por Foucault. Primeiramente, ele deve ser entendido como uma rede de forças que se interagem visando a um objetivo, criando tensões entre indivíduos e grupos, segundo Powers (2007). Não é visto como uma estratégia consciente e violenta de uns sobre outros, como normalmente se vê nas análises sociológicas. Embora Foucault não negue a existência deste tido de poder, ele prefere percebê-lo nas relações da vida social influenciadas por micropolíticas.

Foucault não se debruça sobre o poder do Estado nem o localiza nos aparelhos ideológicos como o fez Althusser. Para ele, as sociedades modernas são sociedades disciplinares, e a disciplina não pode ser identificada ou localizada com uma instituição ou aparelho. A pirâmide marxista que teria em seu topo o Estado e a irradiação de seu poder é completamente seccionada vertical, horizontal e transversalmente pelas relações de poder, coisa que Foucault refuta. O poder produz realidade e verdade antes de reprimir ou ideologizar, mascarar ou abstrair. Ele não ignora de modo algum a repressão e a ideologia,

mas como Nietzsche já havia visto, elas não constituem o combate de forças, são apenas a poeira levantada pelo combate (DELEUZE, 2006).

Em segundo lugar, ele é um processo que opera lutas contínuas e confrontos que podem mudar, fortalecer ou reverter a polaridade entre poder e resistência. Isto significa que o poder é descrito como um processo relacional construído em contextos específicos, parcialmente identificável por meio dos efeitos ideológico sobre a vida das pessoas. Ou seja, não pode ser descrito em termos gerais e universais, aplicável a qualquer tempo ou lugar.

As manifestações institucionais das estratégias e práticas de poder podem ser encontradas na burocracia, leis e em vários outros discursos hegemônicos como os da ciência e da educação. Assim, há também uma relação entre poder e saber, pois esses discursos hegemônicos produzem "verdades" que gerenciam a vida social, produzindo também efeitos de divisão e desigualdades. Como analisa Deleuze (2006, p.48). "não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder".

Em relação aos intelectuais e as massas "ignorantes", Foucault afirma:

> Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte do sistema (FOUCAULT, 2008, p.71).

A noção de regimes de verdade de Foucault evoca as formas que controlam e regulam. Exemplos dramáticos, nos quais versões da verdade tiveram conseqüências de opressão e violência são a visão de uma raça ariana pura de Hitler ou a política do apartheid da África do Sul. O autor explica que a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem.

Dessa forma, não é apenas em relação aos discursos "dominantes" ou "dominadores" de qualquer sociedade que faz sentido falar de regimes de verdade. Se o poder e a verdade estão ligados numa relação circular, se a verdade existe numa relação de poder e o poder opera em conexão com a verdade, então todos os discursos institucionalizados podem ser vistos funcionando como regimes de verdade. Parafraseando Sawicki, Duarte (2002) afirma

que “nenhum discurso é inerentemente libertador ou opressivo. A condição libertadora de qualquer discurso teórico é uma questão de investigação histórica, não de proclamação teórica”(p. 1).

Mas seria possível escapar do biopoder? Powers (2007), analisando o pensamento de Foucault sobre a resistência, afirma que ela não é só possível, como faz parte de qualquer relação de poder. Há também uma diversidade de formas de resistência que só podem ser avaliadas na especificidade das situações. A resistência ora promove a busca por novas alianças, ora possibilita a fratura de relações. A resistência pode ainda ser reabsorvida pela força ou saberes hegemônicos.

Powers (Ibidem) reconhece, contudo, que o saber científico é o mais difícil de ser resistido, pois seu fundamento está na Razão, artigo preciso nas sociedades modernas. Rejeitar a ciência é assumir o discurso da insensatez, da desordem, da irracionalidade. Portanto, a vontade da verdade da ciência se confunde com a própria verdade nos dias atuais.

5. A ordem do discurso e a função autor

Ao falar de ordem, Foucault está se referindo às normas que selecionam, organizam, regulam e redistribuem os discursos. Representa um conjunto de procedimentos que tem a função de exorcizar poderes e perigos, refrear o acontecimento aleatório, “disfarçar a sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1971, p.2). Incluem formações discursivas atuantes entre si que determinam o que pode e o que deve ser dito. Por mais que o discurso aparente ser bem pouca coisa, as interdições o atingem.

As interdições em nossa sociedade revelam o que Foucault nomeia como tabu do objeto (não se tem o direito de dizer tudo), ritual da circunstância (não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (qualquer um não pode falar de qualquer coisa). Nesta análise, o autor mostra os processos de institucionalização dos discursos, mas que estão em reatualização permanente de regras ao se constituir numa espécie de sistema anônimo (objetos, métodos, corpos de proposições, jogo de regras, de definições, de técnicas e de instrumentos), à disposição de quem quer ou pode servir-se dele.

Tais considerações caminham para os princípios que devem direcionar a análise do discurso. Um conjunto crítico através do qual procura cercar nos discursos as formas de exclusão, de limitação ou de apropriação. Mostrar como os discursos se formaram para

responder a determinadas necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente e em que medida elas foram contornadas.

Com relação à autoria e sua relação com discursos institucionalizados, afirma Foucault que existem à nossa volta muitos discursos que circulam sem que o seu sentido ou a sua eficácia estejam em poder de um autor, a que seriam atribuídos:

> Seria absurdo, claro, negar a existência do indivíduo que escreve e que inventa. Mas eu penso- e isto pelo menos a partir de uma certa época- que um indivíduo que começa a escrever um texto, no horizonte do qual gira uma obra possível, retoma à sua conta a função do autor: o que escreve e o que não escreve, o que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, aquilo que ele deixa e que cai como as palavras do dia-a-dia, todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função autor, tal como ele a recebe da sua época, ou tal como, por sua vez, a modifica. Pois ele pode muito bem perturbar a imagem tradicional que se tem do autor; é a partir de uma nova posição do autor que ele recortará, em tudo aquilo que ele teria podido dizer, em tudo aquilo que ele diz todos os dias, a todo o instante, o perfil oscilante da sua obra (FOUCAULT, 1971, p.8).

Segundo Revel (2005), a noção de autor em Foucault colocou-o próximo da corrente estruturalista, ao propor uma análise dos discursos sem apoiar-se às características subjetivas do autor ou a análises biográficas. Contudo, a comentadora recorda que o método foucaultiano de leitura arqueológica procura construir um arquivo de base histórica, um princípio diferente de leitura de enunciados ou planos discursivos, que não era habitual nas críticas literárias à época de Foucault, com enfoque demasiado ao psicologismo dos autores.

Foucault (1997) deixa claro que não está reduzindo o autor a uma função, mas apenas dando uma resposta possível a qual seria o modo de existência do autor nas circunstâncias em questão – portanto, pressupondo sua existência. Para ele, um discurso comportando a função-autor se apresenta com certas características:

a) trata-se do objeto de uma apropriação de tipo particular (produto, bem);

b) o regime de autoria varia para os discursos, dependendo da época;

c) a atribuição de autoria a um discurso é o resultado de "uma operação complexa que constrói um certo ser racional", que lhe dá o estatuto de autor, "lugar originário da escrita";

d) um conjunto de traços, que remetem para propriedades discursivas, aponta para o autor: uso de formas pronominais, elementos adverbiais, formas temporais e modais;

A complexidade da função-autor, assim entrevista por Foucault, implica a abertura para um projeto de tratamento tipológico dos discursos; esse estudo:

a) ultrapassaria as características gramaticais ou textuais; ele pressuporia a exploração de propriedades e relações propriamente discursivas;

b) se voltaria também para as modalidades de existência dos discursos: como se formulam e circulam, como se valorizam, como se distribuem e se modificam;

c) examinaria como o sujeito aparece na ordem dos discursos e que posições ocupa em cada tipo, uma vez que foi desalojado de sua posição de "fundamento", de origem.

Na AD, a autoria aparece como uma função discursiva do sujeito (função-autor como posição), ao lado daquelas, de caráter enunciativo, de locutor e de enunciador (processo enunciativo polifônico). Mas, em função dos investimentos sobre leitura e interpretação, encontra-se a função discursiva efeito-leitor (ao lado de alocutário e de destinatário). O autor está, por assim dizer, no limiar do seu texto, como que lhe compondo a aparência corporal; ele se move num espaço de conflito, localizado entre o Outro (interdiscurso), situado a montante, e o outro (alocutário), localizado a jusante. Mas, discursivamente, os efeitos sociais de leitura se dão no sujeito como efeito-leitor. (ORLANDI, 2001).

Reelaborando a noção de função-autor a partir de Foucault, Orlandi (1999) afirma que o efeito de unidade e coerência do texto deriva do princípio de autoria – o que significa que esse princípio rege qualquer formulação textual, e não apenas alguns textos. Assim, a função-autor se constrói às margens do texto, no cruzamento com as instituições e suas regras. Voltado para o exterior, o sujeito-autor se nutre do que ele lhe oferece e lhe impõe; voltado para o interior (do discurso), ele trabalha a construção de sua identidade, de seu reconhecimento.

6. Arquivo

Um dos procedimentos fundamentais na análise de discurso proposta por Foucault é a construção de um arquivo. Ele chama de arquivo ao jogo de regras que numa cultura determina o aparecimento ou desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento. Não se, portanto, de uma totalidade de textos que foram conservados por uma civilização.

Neste ponto, argumenta Revel (2005), o arquivo permite a Foucault distinguir-se dos estruturalistas, “pois se trata de trabalhar sobre os discursos considerados como acontecimentos e não sobre o sistema da língua em geral” (p.19). Ele também se distingue dos historiadores, uma vez que, se esses acontecimentos não fazem, literalmente, parte de

nosso presente, “eles subsistem e exercem, nessa mesma substância no interior da história, um certo número de funções manifestas ou secretas” (p.19).

Há, então, uma ruptura com a idéia do *corpus* dado a priori, construído a partir dos saberes do analista. Ao analista cabe descrever as configurações de arquivo centradas a partir de um tema, de um conceito. Ele deve questionar sobre qual o lugar ocupado pelo acontecimento discursivo num determinado arquivo (FOUCAULT, 2007b). O *corpora* de análise torna-se heterogêneo, ou seja, compõe-se de textos representantes dos diversos gêneros, que tratam de um mesmo tema e que circulam em diferentes suportes.

Para Foucault (Ibidem), discursos são dispersão e cabe ao analista justamente descrever essa dispersão, pesquisar se os elementos que os constituem possuem uma regularidade, uma ordem em seu aparecimento, correlações em sua simultaneidade, posições determinadas em um espaço comum, transformações ligadas e hierarquizadas. Para isso, os analistas devem buscar as “regras de formação” que regem os discursos.

Ao falar em arquivo, outra noção deve ser compreendida, a de monumento. Analisar os fatos de discurso no elemento geral do arquivo não é considerá-los como documentos, mas como monumentos. Para ele, a história tradicional (aquela que se escreveu antes do século XVIII) se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem

Com essa crítica, Foucault propõe o abandono da crítica documental, o monumento falaria por si mesmo. A história nada mais significaria que apenas o ato de memorizar e levar adiante as impressões próprias do monumento, perfazendo, então, aquilo que com freqüência tem sido chamado de Nova História. Essa forma de escrever a História possibilitaria aquilo que é recorrente ao pensamento de Foucault: perceber "as descontinuidades", as "multiplicidades das rupturas", ou seja, aquilo que o trabalho de conceitualização não consegue fazer emergir na análise historiográfica tradicional.

7. O jornalista como arquigenealogista

O método foucaultiano que direciona o olhar de um analista de discursos sociais é denominado de aquigenealógico. Ele permite tematizar a relação entre verdade e saberes, valores, instituições e práticas sociais de onde os discursos emergem. Neste sentido, ao jornalista caberia a montagem de um arquivo que evidenciasse o jogo de regras do aparecimento desses discursos. Analisa-se o modo como as práticas discursivas se

relacionam com práticas econômicas, culturais, políticas e institucionais "que resultam na produção do sujeito sujeitado ao saber-poder, através da norma, do exame, enfim, do controle do saber" (ARAÚJO, 2008, p. 236).

Para Foucault, o pesquisador não deve investigar somente o que supostamente estaria por trás dos documentos e dos textos, tampouco deveria buscar resgatar aquilo que, diferente do que se tenha dito, supostamente se queria dizer. A recomendação é que o arquigenealogista descreva as condições de existência do discurso, do enunciado ou do conjunto de enunciados de determinada época ou cultura. Trata-se do desenvolvimento de um instrumento intelectual por parte do jornalista que problematize os sistemas de pensamento.

Uma prática jornalística nos moldes descritos por Foucault implica as seguintes posturas em relação ao trabalho jornalístico:

a) As opiniões e visões de mundo emitidas pelas fontes estão vinculadas a um sistema de saber. Alguns saberes são mais legítimos em uma determinada cultura e momento histórico, mas não necessariamente melhores;

b) As palavras, apesar da mesma materialidade, significam coisas diferentes dependendo da formação discursiva em que estão inseridas. É preciso investigar os sentidos que rodeiam os termos empregados pelos sujeitos, abdicando de sua aparente obviedade;

c) Os sujeitos estão inseridos em ordens discursivas que os condicionam parcialmente. O que as instituições permitem ou não permitem que seja dito precisa ser descrito, ao invés de se atribuir às falas como advindas de uma autonomia plena dos sujeitos;

d) Vários discursos constituem os sujeitos. Não se pode reduzir a compreensão dos discursos a categorias político-ideológicas. Em diferentes situações, o crivo religioso, estético ou cultural pode ser mais relevante do que o crivo da "luta de classes";

e) Relacionar práticas discursivas a uma conjuntura histórica ultrapassa a mera associação entre os dizeres e as situações econômicas e políticas imediatas. Há um sistema de pensamento que subjaz aos argumentos e engendra as situações de onde eles surgem;

f) um texto jornalístico que consiga um alto grau de heterogeneidade discursiva não necessariamente se deve ao número de sujeitos entrevistados. A quantidade torna-se relevante em relação à heterogeneidade dos pontos de vista apresentados.

Para finalizar, é importante que se diga que esta apresentação do pensamento foucaultiano não visa à substituição dos métodos tradicionais de captação e tratamento dos discursos com os quais o jornalista trabalha. O propomos como uma contribuição adicional às técnicas já consolidadas no campo, com a advertência de que a maior ou menor capacidade analítica do jornalista vai depender de um conhecimento interdisciplinar que não se esgota no estudo de metodologias, pois permeia estudos advindos de outras disciplinas que auxiliem o trabalho de interpretação das realidades percebidas pelos sujeitos sociais.

Referências

ARAÚJO. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

BRAIT, Beth. *Bakhtin conceitos-chave*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Foucault.* São Paulo: Brasiliense, 2006.

DUARTE, Maria Desidéria. *Foucault e a ordem do discurso*. 2002. Disponível em <http://www2.funedi.edu.br/revista/revista-eletronica2/artigo6-6.htm>. Acesso em 15 jul 2009.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Foucault e a análise do discurso em educação*. 2001. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em 10 mar 2007.

FOUCAULT. *A Ordem do Discurso*. 1971. Disponível em <www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ordem.html>. Acesso em 15 jul 2009.

_____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed., 2007.

_____. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2008.

_____. *O que é um autor?* Vega: Passagens, 1997.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 3ª ed., 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MAZIÈRE, Francine. *A Análise do Discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editora, 2007.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

POWERS, Penny. The Philosophical Foudations of Foucaultian Discourse Analysis. In: *Critical Approches do Discourse Analysis Across Disciplines Journal*. Vol. 1, 2007, p.18-34.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Paulo: Claraluz, 2005.